



Proposta de criação do
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU*
em Direito Público e Privado

Z

Ouro Preto
julho de 2022



1. Informações gerais

- a) **Proponente do projeto:** Prof. Dr. Felipe Comarela Milanez, DEDIR, SIAPE 2518132.
- b) **Nome do Curso:** Especialização em Direito Público e Privado;
- c) **Unidade/Departamento:** Escola de Direito, Turismo e Museologia (EDTM) – Departamento de Direito - DEDIR
- d) **Público/perfil do aluno:** Advogadas e advogados, servidores e empregados públicos integrantes da estrutura da Administração Direta e/ou Indireta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, da União, Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios, e graduados em geral.
- e) **Modalidade de oferta do curso:** semipresencial, com a oferta de uma única disciplina (Metodologia científica) na modalidade a distância. As demais disciplinas serão ofertadas na modalidade presencial. A plataforma Moodle, todavia, poderá ser utilizada como estratégia metodológica de auxílio à execução das disciplinas presenciais.
- f) **Carga horária (excluída a elaboração de monografia):** no mínimo 360 horas. A carga horária total do curso poderá sofrer variação para mais em razão do eventual acréscimo de disciplinas na grade da respectiva oferta do curso para além das necessárias para se garantir as 360hs obrigatórias.
- g) **Período de oferecimento:** 18 meses. O curso terá seu início em 2023, e seguirá o calendário da pós-graduação a ser aprovado pela UFOP.
- h) **Coordenação:** A coordenação do curso, nos termos do art. 13 da Resolução CONPEP 34, de 15 de fevereiro de 2022 compete ao colegiado do curso de pós-graduação *lato sensu*. O coordenador nesta oferta específica será o professor Dr. Felipe Comarela Milanez, SIAPE 2.518.132.
- i) **Horários das aulas:** As aulas das disciplinas presenciais, que serão aos sábados, serão realizadas em dois turnos, o primeiro, das 8:00 às 12:30 e, o segundo, das 14:00 às 18:00. As aulas ocorrerão em sala disponível na Escola de Direito, Turismo e Museologia. A disponibilidade e utilização das salas e dos equipamentos eletrônicos (*Datashow*) foi devidamente autorização pela Diretora da Escola de Direito, Turismo e Museologia (documento em anexo).
- j) **Inscrições:** Em formulário, conforme definido em edital próprio, de acordo com as regras estabelecidas no Regimento Interno do Curso, ou a partir da indicação de



alunos quando da oferta do curso a partir da execução de convênios ou outros instrumentos de ajuste.

- k) **Seleção:** O critério de seleção poderá variar em razão da natureza da oferta do curso, execução de projeto acadêmico ou parceria com entidades público ou privadas. No caso de parcerias com entidade público ou privada, a seleção dos discentes a elas vinculados será feita pela própria entidade.
- l) **Grau conferido ao final do curso:** Especialista em Direito Público e Privado.
- m) **Vagas:** serão oferecidas 40 vagas, sendo reservadas até 10% para atender aos servidores técnicos administrativos da UFOP e 2 (duas) vagas para os egressos do curso de Direito da UFOP. Não serão oferecidas matrículas em disciplinas isoladas. Não será permitido o trancamento de matrícula no curso de pós-graduação *lato sensu* em Direito Público e Privado, conforme prevê o parágrafo único do art. 26 da Resolução CONPEP34/2022.
- n) **Regime de oferta:** eventual ou por demanda.

2. Justificativa e Objetivo geral do curso:

A Universidade Federal de Ouro Preto possui em seu quadro de servidores efetivos um conjunto bastante qualificado de docentes que atuam na área do Direito, em sua totalidade vinculados ao Departamento de Direito. O mesmo pode ser dito em relação aos seus técnicos administrativos que ocupam os mais variados cargos dentro da administração.

A experiência pessoal, profissional e docente dos servidores que integram a proposta deste curso mostra-se favorável ao atendimento das demandas sociais, que buscam um modelo de ensino voltado à capacitação teórica e prática dos operadores do Direito que exercem as mais variadas profissões, exclusivamente reservadas aos bacharéis em Direito. A advocacia é uma dessas profissões.

Como o Direito acompanha a evolução social, há uma significativa produção legislativa em razão da busca da regulação das mais diversas relações sociais. A inovação jurídica, nesse contexto, repercute sobre a necessidade dos profissionais jurídicos estarem sempre atualizados nas mais diversas matérias que integram a ciência do Direito.

Essa especificidade resulta em um elevado ônus, advindo do esforço necessário para a procura da capacitação de forma individualizada. E assim ocorre, não apenas em relação ao conhecimento acerca do conteúdo da norma, como também, e em especial, em relação



à formação técnica e teoria necessárias para a interpretação e aplicação do conteúdo normativo, bem como para a sua aplicação no dia a dia da atividade profissional.

Nesse contexto, o objetivo geral do Curso de Especialização *lato sensu* em Direito Público e Privado, a partir de uma grade de disciplinas abrangente, é permitir o acesso à capacitação e qualificação de profissionais da área jurídica, em especial da advocacia, acerca das mais diversas inovações jurídicas ocorridas nos últimos tempos, bem como, capacitar os alunos e as alunas matriculados a respeito de estratégias de atuação que poderão ser incorporadas na sua atividade profissional.

3. Objetivos específicos do curso:

- a) Qualificação de profissionais jurídicos para a atuação judicial e extrajudicial;
- b) Formação crítica do profissionais, de maneira a compreender as diversas perspectivas envolvidas nas demandas extrajudiciais e judiciais envolvendo os temas abordados nas disciplinas do curso;
- c) Permitir a compreensão dos novos fenômenos jurídicos e da arquitetura normativa existente em vista do adequado tratamento dos mais diversos problemas jurídicos;
- d) Apresentar conteúdos teórico e práticos capazes de colaborar com a atuação na respectiva área de atuação do profissional ou da profissional, estimulando reflexões sobre a incorporação destes conhecimentos na melhoria da sua atuação extrajudicial e judicial;

4. Critérios para a concessão do título:

Os critérios para aprovação final no curso e a consequente concessão do título de Especialista em Direito Público e Privado serão:

- a) Aprovação do aluno em cada uma das disciplinas oferecidas, de acordo com critérios de avaliação estabelecidos pelos professores responsáveis, dentre elas, apenas a título de exemplo: provas, trabalhos, relatórios, apresentações orais, etc;
- b) Elaboração e aprovação de Trabalho de Conclusão de Curso, que poderá adotar uma das modalidades previstas no regimento interno, quais sejam:
 - I. Defesa de monografia;
 - II. Publicação de artigo científico;
 - III. Publicação em obra coletiva;



IV. Apresentação de seminários de conclusão do curso;

V. Outras formas de trabalho de conclusão de curso expressamente indicadas no projeto de oferta do curso e no edital de abertura de vaga, quando for o caso.

5. Frequência

Os critérios de apuração da frequência serão definidos por cada professor da disciplina, levando-se em consideração as regras gerais estabelecidas no regimento interno do curso, sendo condição necessária para a aprovação, juntamente com a nota da avaliação, a presença em ao menos 75% das aulas de cada uma das disciplinas.

6. Grade de disciplinas do curso

As disciplinas que integram a grade do curso estão indicadas abaixo (os programas das disciplinas fazem parte do anexo I deste documento). Outras disciplinas, porém, poderão ser incorporadas à grade original, após aprovação pelo Colegiado de Curso.

O nome do professor responsável pela execução da disciplina poderá sofrer alterações em razão do momento de oferta do curso, devendo-se respeitar, todavia, os quantitativos mínimos de titulação previstos nas normas que regulam a oferta dos cursos de especialização. Para fins de criação do curso, os docentes que atuarão nas disciplinas na primeira oferta do curso estão devidamente identificados neste documento.

As disciplinas oferecidas em cada oferta eventual do curso deverão ser em quantitativo capaz de garantir ao menos 360 horas, sem incluir o período para a realização do trabalho de conclusão de curso.



6.1. Relação de disciplinas vinculadas ao curso (com indicação preliminar do professor responsável)

1. Ações Constitucionais (30h)

- **Prof. Dr. Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes Bahia** –
<http://lattes.cnpq.br/2877462978948032>
- Bolsista em Produtividade do CNPq (PQ2 - 2016-2019, 2020-2023). Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001), Mestrado em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004) e Doutorado em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007). Pós-Doutor pelo Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto. Atualmente é Professor Associado do Departamento de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto e do IBMEC-BH. Vice-Presidente da Comissão de Diversidade Sexual e Gênero da OAB-MG. Membro do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Processual). Atua principalmente nos seguintes temas: Direitos Fundamentais, Estado Democrático de Direito, Minorias, Ativismo e Reforma do Judiciário.

2. Boas práticas e Direito Digital (30h)

- **Prof. Dr. Roberto Henrique Porto Nogueira** –
<http://lattes.cnpq.br/5374694563237842>
- Doutor e Mestre em Direito Privado pelo Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Direito Tributário pela Faculdade de Direito Milton Campos. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professor Associado do Curso de Graduação em Direito e do Mestrado Acadêmico em 'Novos Direitos, Novos Sujeitos' da Universidade Federal de Ouro Preto. Pesquisador do Núcleo de Estudos 'Novos Direitos Privados e Reconhecimento' ? NDP e do 'Centro de Estudos em Biodireito' ? CEBID-UFOP. Temas relacionados: novos direitos privados, direito médico e da saúde, vulnerabilidades, proteção de dados, direitos de personalidade, negócios jurídicos (inclusive mercantis), posições jurídicas inadmissíveis, responsabilidade civil.
- **Profa. Dra. Juliana Evangelista de Almeida**
<http://lattes.cnpq.br/9614430136628814>
- Doutora e Mestre em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduada Pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professora Adjunta do Departamento de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto (DEDIR/UFOP). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Direito Digital e Proteção de Dados DEDIR/UFOP. Coordenadora do NAJOP (NPJ/UFOP).



3. **Direito do Consumidor (30h)**

- Prof. Dr. Felipe Comarela Milanez –
<http://lattes.cnpq.br/9027225698526896>
- Doutor em Direito Civil aprovado com distinção pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal); Mestre em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Especialista em Direito dos Contratos e do Consumo pelo Centro de Direito do Consumo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Especialista em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.. É professor do Departamento de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto, coordenador Núcleo de Direito do Consumidor: consumo, vulnerabilidade e desenvolvimento econômico (NDCon/UFOP) e orientador da Empresa Júnior do Curso de Direito da UFOP - JusConsult. Realiza pesquisa que abordam os temas: sociedade de consumo, persuasão para o consumo, vulnerabilidade do consumidor, comportamento do consumidor e direitos do consumidor.

4. **Direito do Patrimônio Cultural (30h)**

- Prof. Dr. Carlos Magno de Souza Paiva –
<http://lattes.cnpq.br/0117165544216528>
- Doutor em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2014). Mestre em Direito Público pela Universidade de Coimbra (2008). Possui Graduação em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto (2005). Atualmente é Professor Adjunto III da Universidade Federal de Ouro Preto. Foi Professor Assistente da Universidade Federal Viçosa (2012). Pesquisador visitante da School of Law da Trinity College em Dublin (2006). Coordenador do Núcleo de Pesquisas em Direito do Patrimônio Cultural do Departamento de Direito da UFOP (Atual). Coordenador de Assuntos Internacionais da Universidade Federal de Ouro Preto (2014-2017). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFOP (Atual). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFOP (2019-2020). Autor de livros e artigos na área de Direito Administrativo, Direito Ambiental e Direito do Patrimônio Cultural, área em que atua como Palestrante/Conferencista. Consultor nas áreas de Direito Urbanístico, Direito Municipal, Direito Ambiental e Direito do Patrimônio Cultural.

5. **Direito do Trabalho (30h)**

- Prof. Dr. Amauri Cesar Alves
<http://lattes.cnpq.br/3793361325936134>
- Doutor, Mestre e Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Professor da Universidade Federal de Ouro Preto



(UFOP) na Graduação e no Mestrado Acadêmico em Direito (Área de Concentração "Novos Direitos, Novos Sujeitos"). Chefe do Departamento de Direito da UFOP e Presidente da Assembleia Departamental. Membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito da UFOP (NDE, DEDIR/UFOP). Membro do Colegiado da Pós-Graduação em Direito da UFOP. Membro da Comissão Permanente de Formação Prático-Profissional do DEDIR/UFOP. Coordenador do Grupo de Estudos de Direito do Trabalho (GEDIT) da Universidade Federal de Ouro Preto. Membro do Comitê de Mediação e Humanização das Relações de Trabalho COMHUR UFOP. Membro da Comissão de Egressos do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFOP. Membro da Comissão de Bolsas e Estágio Docência, PPGD/UFOP. Membro de Comissão de verificação de autodeclaração para fins de concurso público na UFOP. Avaliador do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - BASis. INEP/DAES/MEC.

6. Direito Processual Civil: a fase cognitiva do procedimento comum à luz das normas fundamentais de processo civil (30h)

- Prof. **Dr. Leonardo Silva Nunes** –
<http://lattes.cnpq.br/3216394590509068>
- Doutor, Mestre e Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (FD|UFMG). Professor Adjunto de Direito Processual Civil e Coletivo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Membro convidado do Conselho Editorial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (CEAF|MPPMG). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP), do Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG) e do Instituto de Direito Processual (IDPro). Membro da Comissão de Processo Civil da OAB/MG. Advogado

7. Direito Processual Civil: procedimentos especiais (30h)

- Prof. Ms. Fabiano Cesar Rebuzzi Guzzo
<http://lattes.cnpq.br/7618600776727921>
- Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto (1999), Especialista em Direito Público pelo Centro Universitário Newton Paiva (2004), Especialista em Docência Superior pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2004), Mestre em Direito (Direito e Globalização) pela Universidade Vale do Rio Verde (2008), Professor Adjunto III da Universidade Federal de Ouro Preto - MG (Atual), Professor Adjunto I da Universidade Presidente Antônio Carlos de Mariana - MG (Atual), Professor da Pós-Graduação "Latu Sensu" da Universidade Presidente Antônio Carlos de Mariana - MG (2012), Professor Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica - UFOP (2002/2016 - 2018/2019), Professor Orientador do Núcleo de Prática



Jurídica - UFOP (2002/Atual), Coordenador do Curso de Direito da Universidade Presidente Antônio Carlos de Mariana - MG (Atual), Professor Coordenador e Orientador do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Ciências Sociais e Jurídicas do Leste de Minas (2005/2006), Presidente do Colegiado de Curso de Direito da UFOP (2012/2013), Membro NDE da Universidade Presidente Antônio Carlos de Mariana - MG (2010/2015), Membro Suplente do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto (2010/2011), Membro Titular do Comitê de Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto (2015/2016), Membro Suplente do Conselho Departamental da Escola de Direito, Turismo e Museologia - UFOP (2014/2015), Membro da Comissão de Reestruturação do Estágio Curricular do Curso de Direito - UFOP (Atual), Secretário da 49ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (Subseção Ouro Preto - MG) (2007/2012) e Advogado OAB/MG 80.534.

8. Direito Processo Penal (30h)

- Prof. Luis Henrique Manoel da Costa
- Bacharel em direito pela Universidade de Brasília (1986) e especialista em direito penal e direito processual penal pela universidade gama filho (1998) professor do curso de direito da universidade federal de Ouro Preto desde 1995; promotor de justiça aposentado (MPMG).

9. Metodologia da pesquisa (30h – EAD)

- Ms. Débora Reis
<http://lattes.cnpq.br/9366099773971286>
- Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto (2002) e Pós-graduação em Direito Público pela Aprobaturum - Centro Nacional de Qualificação Pessoal Ltda. em parceria com a ANAMAGES - Associação Nacional dos Magistrados Estaduais em convênio com a FADIPA - Faculdade de Direito de Ipatinga (Campus IV - UNIPAC) (2010), Pós-graduação em Educação a Distância pela Universidade Federal Fluminense (2012). É mestre em Engenharia de Minas pela Universidade Federal de Ouro Preto. Licenciada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto e Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Ouro Preto.

10. Microssistema de proteção à criação e ao adolescente (30h)

- Prof. Dra. Beatriz Schettini
<http://lattes.cnpq.br/9507525998011421>
- Professora de Direito Civil da Universidade Federal de Ouro Preto. Doutora em Direito Civil, área de concentração Reconstrução dos Paradigmas do



Direito Privado, pela PUC Minas (2018). Mestre em Direito Civil, área de concentração Reconstrução dos Paradigmas do Direito Privado, pela PUC Minas (2010). Graduada em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto/MG (2002).

11. Processo e procedimento administrativo (30h)

- Prof. Dr. Bruno Camilloto Arantes
<http://lattes.cnpq.br/8069472213279914>
- Professor de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) na graduação em Direito e no Programa de Pós-Graduação em Direito (Novos Direitos, Novos Sujeitos). Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Gestão Pública e Bacharel em Direito pela UFOP. Pesquisador vinculado à Associação Serras de Minas e à Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN).

12. Processo administrativo e judicial tributário (30h)

- Prof. Ms. Thiago Chaves Gaspar Bretas Lage
<http://lattes.cnpq.br/6196963370414366>
- Professor de Direito Tributário e Financeiro na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e de pós-graduações em Direito Tributário. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Técnico em Administração de Empresas pela Escola de Formação Gerencial do Sebrae. Foi Procurador Chefe, Secretário Adjunto de Fazenda e Gestor Público em Contagem/MG e Conselheiro titular do Conselho Administrativo de Recursos Tributários do Município de Belo Horizonte (CART-BH). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Tributário e Financeiro, tendo participado de bancas examinadoras em âmbito nacional e de bancas de concursos públicos realizados nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Autor de livro, capítulos de livro e artigos jurídicos publicados em veículos especializados. Advogado.

13. Propriedade industrial (30h)

- Prof. Dr. Cláudio Henrique Ribeiro da Silva
<http://lattes.cnpq.br/7843393721973194>
- Graduado (1998), Mestre (2003) em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e Doutor (2013) em Direito Privado pela PUC-Minas. É professor do Curso de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto (Ouro Preto-MG) e do Centro Universitário Izabela Hendrix (Belo Horizonte-MG). Tem experiência na área do Direito, com ênfase em Direito Privado e História do Direito.



14. Tópicos atuais em Direito de Família (30h)

- Profa. Dra. Renata Barbosa de Almeida
<http://lattes.cnpq.br/9483702799121837>
- É graduada em Direito pela Universidade Federal de Viçosa (2003), mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2005) e doutora em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, tendo, no ano de 2009, cursado estágio de investigação na Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, como bolsista da CAPES. É professora de Direito Privado da graduação e do programa de pós-graduação "Novos Direitos, Novos Sujeitos" do DEDIR - UFOP.

15. Tópicos em Direito das Sucessões (30h)

- Profa. Dra. Renata Barbosa de Almeida
<http://lattes.cnpq.br/9483702799121837>
- É graduada em Direito pela Universidade Federal de Viçosa (2003), mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2005) e doutora em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, tendo, no ano de 2009, cursado estágio de investigação na Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, como bolsista da CAPES. É professora de Direito Privado da graduação e do programa de pós-graduação "Novos Direitos, Novos Sujeitos" do DEDIR - UFOP.

7. Recursos Financeiros

O custeio do curso será feito a partir da arrecadação de mensalidades dos discentes matriculados. Recurso extra, eventualmente obtidos, serão revertidos em material para o próprio curso (livros e equipamentos didáticos). Estes materiais também beneficiarão a graduação.

8. Descrição das instalações, equipamentos e recursos bibliográficos a serem utilizados.

O curso será realizado na modalidade semipresencial, com uma única disciplina a ser oferecida na modalidade a distância, com a utilização da plataforma Moodle gerida pela UFOP. Para as aulas presenciais será utilizada uma sala de aula localizada na EDTM, bem como o *Datashow* instalado na respectiva sala. Em relação aos recursos bibliográficos, serão utilizados os mesmos disponibilizados para a comunidade acadêmica via biblioteca digital e biblioteca física.



9. Servidora Técnica Administrativa

Betânia dos Anjos do Carmo, assistente em administração, SIAPE 1.610.941.

10. Planilhas financeiras

Orçamento do curso	
Valor total do curso	R\$ 156.750,00
Encargos	
Retribuição e ressarcimento – 15% (art. 26 - Resolução CUNI 2384)	R\$ 18.810,00
Fundação de apoio (despesas operacionais) - 10%	R\$ 12.540,00
Custo de publicação no D.O.U	R\$ 300,00
Rubricas	
Bolsa - Docentes	R\$ 117.000,00
Bolsa -Técnica administrativa	R\$ 8.100,00

11. Bibliografia do Curso

A bibliografia básica e complementar do curso resulta do somatório das bibliografias básicas e complementares indicadas nos programas das disciplinas que integram os anexos deste documento.



ANEXO I

REGIMENTO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM DIREITO PÚBLICO E PRIVADO



CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES

Art. 1º O Curso de Especialização *lato sensu* em Direito Público e Privado, oferecido pela Escola de Direito, Turismo e Museologia, visa proporcionar a formação científica ampla e aprofundada, desenvolvendo estudos nos diversos ramos do Direito e será ofertado em caráter eventual, sempre a depender da oportunidade e conveniência da sua oferta em razão da existência de demanda.

§1º. O Curso de Especialização *lato sensu* em Direito Público e Privado poderá ser oferecido a partir da oferta de vagas de ampla concorrência; ou mediante a realização de projeto acadêmico nos termos da Resolução CUNI 2384; ou ainda, em parceria com entidades públicas ou privadas.

§2º. Para a consecução de suas finalidades, o curso deverá:

- I. Viabilizar o desenvolvimento de competências e conhecimentos específicos vinculados ao exercício da advocacia, tanto em relação à atuação profissional na via judicial quanto na via extrajudicial;
- II. Capacitar profissionais capazes de utilizar as ferramentas jurídicas disponíveis para a adequada e eficaz defesa dos interesses envolvidos;
- III. Desenvolver a habilidade de compreensão das teses jurídicas mais modernas afetas às diversas áreas do Direito abordadas pelas disciplinas do curso;
- IV. Permitir aos participantes o acesso aos instrumentos teórico-práticos requeridos para exercício da profissão nas diversas áreas de atuação, estimulando reflexões sobre o emprego desses conhecimentos para o adequado e pleno cumprimento das funções inerentes à advocacia.

§3º. O curso será considerado de modalidade de oferta mista, em razão da existência de uma disciplina a ser ofertada na modalidade EAD.



CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

SEÇÃO I

DA ESTRUTURA

Art. 3º Integram a estrutura do Curso de Especialização em Gestão Pública:

- I. A Coordenação Geral e Coordenação Administrativa, com funções acadêmicas, pedagógicas e administrativas;
- II. O Colegiado, com funções deliberativas;
- III. Os Professores do curso (incluindo os visitantes);

Art. 4º O Curso de Especialização *lato sensu* em Direito Público e Privado terá seu coordenador acadêmico e seu coordenador administrativo devidamente indicados nos termos constantes do plano de trabalho do projeto acadêmico, que será elaborado e aprovado nos termos da Resolução CUNI 2384 (ou norma posterior que a substitua), além das demais normas legais aplicáveis.

SEÇÃO II

DA COORDENAÇÃO

Art. 5º Compete ao coordenador acadêmico a supervisão de todas as atividades pedagógicas e de gestão do curso, e em particular:

- I. Convocar e presidir as reuniões do Colegiado;
- II. Supervisionar o processo de seleção, quando for o caso, de orientação, de matrícula e dos serviços de escolaridade, de acordo com a sistemática estabelecida pelos Órgãos centrais competentes;
- III. Coordenar e supervisionar o cumprimento dos programas de ensino e a execução dos demais planos de trabalho escolares;
- IV. Cumprir e fazer cumprir as decisões dos Órgãos Superiores sobre as matérias relativas ao Curso;
- V. Apresentar à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, no prazo estipulado, relatório anual das atividades do Curso, dando ciência ao Conselho Direto da EDTM;



VI. Propor e, com a aprovação do Colegiado de Curso, designar os componentes das bancas examinadoras das monografias de conclusão do curso;

Art. 6. Compete ao coordenador administrativo, auxiliar a coordenação geral na execução das atribuições descritas no artigo anterior bem como, em caráter exclusivo:

- I. Atuar como gestor financeiro do projeto acadêmico;
- II. Dispor sobre os recursos destinados ao Curso;
- III. Responder pelo expediente administrativo;
- IV. Providenciar e efetuar as prestações de contas devidas, nos termos indicados na Resolução CUNI 2384 ou norma posterior que a substitua;
- V. Organizar a estrutura de aula, dando condições físicas e materiais de acordo com as possibilidades disponíveis;

SEÇÃO III

DO COLEGIADO DE CURSO

Art. 7º O Colegiado do Curso de Especialização *lato sensu* em Direito Público e Privado será composto por 03 (três) professores e por 01 (um) representante do corpo discente, todos com igual direito a voz e a voto.

§1º O coordenador acadêmico exercerá a atribuição de presidente do colegiado.

§2º O representante do corpo discente, assim como o seu suplente, que o substituirá em seu impedimento, serão eleitos dentre e pelos alunos matriculados em cada oferta do curso.

§3º Caberá ao coordenador geral do curso, quando for oferecido nos termos da Resolução 2384 (ou norma posterior que a substitua), a indicação dos membros docentes do colegiado.

Art. 8º São atribuições do Colegiado do Curso de Especialização *lato sensu* em Direito Público e Privado, além das dispostas no Regimento Geral da Universidade Federal de Ouro Preto:

- I. Colaborar com a Coordenação no desempenho de suas atribuições;



- II. Orientar e fiscalizar o funcionamento didático, científico e administrativo do Programa;
- III. Propor à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação:
- a) a atualização das disciplinas integrantes do currículo, com as respectivas epígrafes, ementas indicativas do conteúdo programático, cargas horárias, bibliografia, número e condições para obtenção de créditos;
 - b) outras atividades acadêmicas creditáveis para a integralização curricular, com respectivas cargas horárias, número e condições para obtenção de créditos;
 - c) alterações da estrutura curricular e do Regimento do Curso.
- IV. Decidir sobre os recursos acadêmicos, disciplinares e administrativos dos alunos;
- V. Avaliar as atividades acadêmicas, indicando-lhes o número de créditos e, conforme o caso, o programa e sua duração prevista;
- VI. Aprovar os membros das bancas de defesa de monografia, quando for o caso;
- VII. Aprovar os trabalhos que serão publicados em eventuais obras coletivas vinculadas ao curso de especialização *lato sensu* em Direito Público e Privado;
- VIII. Deliberar sobre os períodos de prorrogação excepcional de prazo para integralização do Curso e sobre os casos de desligamento de alunos;
- IX. Expedir Resoluções na forma deste Regimento.
- §1º O Colegiado realizará uma reunião ordinária por bimestre, ou extraordinariamente, no caso de necessidade de deliberação imediata de questões relativas às atribuições do colegiado.
- § 2º Na convocação do Colegiado, para reuniões ordinárias ou extraordinárias, será apresentada a pauta da reunião.
- §3º Antes do início do curso, a coordenador científico poderá encaminhar à Diretoria da Escola de Direito, Turismo e Museologia, a quem compete enviar à Pró Reitoria de Pesquisa e Invocação a proposta de alteração das disciplinas



integrantes do currículo, bem como as demais atribuições descritas no inciso III do presente artigo.

§4º O presidente do Colegiado poderá emitir provimentos *ad referendum* que serão apresentados para aprovação do colegiado na primeira reunião subsequente.

Art. 9º O Colegiado reunir-se-á, em primeira convocação, com a maioria absoluta de seus membros e, em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número.

§1º As deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes, ressalvadas aquelas para as quais as normas superiores exijam quórum qualificado.

§2º O mandato dos membros do colegiado coincidirá sempre com o período de duração da oferta do curso.

SEÇÃO IV

DO CORPO DOCENTE

Art. 10 O corpo docente do Curso será constituído de professores provenientes, principalmente da Universidade Federal de Ouro Preto e, eventualmente, e em caráter excepcional, por professores visitantes.

Parágrafo único. Professores visitantes são aqueles que contribuem de forma complementar ou eventual com Programa, ministrando disciplinas de sua área de específica de atuação.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO CURSO

SEÇÃO I

DO NÚMERO DE VAGAS

Art. 11 O número de vagas será definido a cada oferta do curso, sempre levando em consideração as seguintes diretrizes:

- I.Capacidade de orientação do curso;
- II.Fluxo de entrada e saída de alunos;
- III.Capacidade das instalações;



IV. Sustentabilidade financeira do curso, quando for o caso;

V. Demanda;

SEÇÃO II

DA ADMISSÃO E MATRÍCULA

Art. 12 O candidato, para ser admitido à matrícula regular no curso, deverá satisfazer as seguintes exigências:

- I. Ser portador de diploma de curso superior reconhecido pelo MEC e devidamente registrado em instituição de ensino superior; e
- II. Submeter-se a entrevista ou outro procedimento definido para a seleção de candidatos; ou
- III. Constar da relação enviada pela entidade com a qual a oferta do curso for definida a partir de projetos específicos, quando for o caso.

Parágrafo único. A seleção de candidatos poderá ocorrer pela própria entidade com a qual a oferta do curso for definida em projeto acadêmico ou por órgão público que figurar como parte no projeto acadêmico, respeitando-se a exigência indicado no inciso I do caput do presente artigo.

Art. 13 O estudante que cumprir os requisitos do artigo anterior será automaticamente matriculado em todas as disciplinas do Curso de Especialização *lato sensu* em Direito Público e Privado.

CAPÍTULO IV

DO REGIME DIDÁTICO

SEÇÃO I

DAS DISCIPLINAS OFERECIDAS

Art. 14 As disciplinas que integrarão o curso serão aprovadas pela Câmara de Pós-Graduação da UFOP ou da respectiva instância competente.

Art. 15 A estrutura curricular do Curso é a constante dos anexos que acompanham o projeto pedagógico do curso.

Art. 16 Os programas das disciplinas serão ratificados pelos respectivos professores ao Colegiado do Curso, para fins de compatibilização e aprovação antes do início de cada edição do curso.



Art. 17 As disciplinas serão ministradas por meio de aulas teóricas, seminários, trabalhos de pesquisa bibliográfica, estudo dirigido, trabalhos práticos, análises de jurisprudência e de textos, sempre através da utilização de ferramentas disponíveis para o desenvolvimento do curso na modalidade de ensino presencial.

§1º A única disciplina do curso a ser oferecida na modalidade a distância é a disciplina Metodologia Científica, que será realizada mediante a utilização da plataforma Moodle.

§2º As demais disciplinas, ofertadas na modalidade presencial, poderão utilizar as estratégias e ferramentas disponíveis no Moodle para a realização de atividades vinculadas ao conteúdo da disciplina, conforme planejamento realizado pelo docente responsável.

SEÇÃO II

DA DURAÇÃO DO CURSO

Art. 18 O Curso de Especialização *lato sensu* em Gestão Pública terá duração de 18 a 24 meses, incluindo-se o período de elaboração e defesa de monografias.

§1º A indicação do período de duração do curso será expressamente indicada no projeto acadêmico quando o curso for oferecido nos termos da Resolução 2384 (ou norma posterior que a substitua).

§2º O aluno que não concluir o curso dentro do prazo previsto no parágrafo anterior será automaticamente desligado do curso, salvo excepcionalidades previstas em lei.

SEÇÃO III

DO SISTEMA DE CRÉDITOS

Art. 19 Cada disciplina terá um valor expresso em créditos, correspondendo cada crédito a quinze horas de aula teórica ou prática, ou trabalho equivalente.

Art. 20 Nenhum discente terá seu trabalho de conclusão de curso admitido antes da obtenção do quantitativo total dos créditos necessários para o respectivo grau, bem como de atender às exigências previstas neste Regulamento.



CAPÍTULO V

DO RENDIMENTO ESCOLAR, DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO E DA ORIENTAÇÃO

Art. 21 O rendimento escolar de cada estudante será expresso em notas e conceitos de acordo com a seguinte escala:

- I. Excelente, de 9 a 10 pontos – A
- II. Ótimo, de 8.0 a 8.9 pontos - B
- III. Bom, de 7.0 a 7.9 – C
- IV. Regular, de 6.0 a 6.9 – D
- V. Fraco, de 4.0 a 5.9 – E
- VI. Insuficiente, abaixo de 4.0 ou infrequência maior que 25% - F

Parágrafo único - A verificação do aproveitamento escolar será feita por meio de provas, trabalhos, relatórios e outros meios definidos pelo professor da disciplina que permitam atribuição de nota individual.

Art. 22 Totalizados os créditos, o discente terá o prazo de até 06 (seis) meses para apresentar o seu trabalho de conclusão de curso, que versará sobre o tema previamente escolhido e mediante orientação de docente vinculado à Especialização em Direito Público e Privado.

§1º O trabalho de conclusão de curso poderá adotar uma das seguintes modalidades, definida em cada uma das ofertas do curso:

- a) Defesa de Monografia perante banca;
- b) Publicação de artigo em obra coletiva ou revista científica;
- c) Apresentação de seminários de conclusão do curso;
- d) Outras formas expressamente indicadas no projeto de oferta do curso, quando for o caso;

§2º No caso do Trabalho de Conclusão de Curso ser a elaboração e defesa de monografia, ele será analisado por comissão examinadora composta por (02) membros e será avaliada com base nos conceitos descritos no artigo 20 deste Regulamento.



§3º No caso de Trabalho de Conclusão de Curso ser a publicação de um artigo em obra coletiva, a avaliação caberá ao professor orientador.

§4º No caso de Trabalho de Conclusão de Curso ser a apresentação de seminário, a avaliação será realizada por dois professores e será avaliada com base nos conceitos descritos no artigo 20 deste regimento.

Art. 23 Será aprovado o estudante que obtiver, no trabalho de conclusão de curso, os conceitos A, B, C ou D e que tenha no mínimo 75% de frequência, e será considerado reprovado o aluno que obtiver conceito E ou F ou que tenha mais de 25% de ausência.

Parágrafo único – Serão observadas as regras de apuração de frequência definidas pelo professor da disciplina, que levará em consideração a oferta do curso na modalidade mista (chamada oral para as disciplinas presenciais e forma de apuração definida pelo professor no caso da disciplina de metodologia científica ofertada na modalidade a distância).

Art. 24 Cada aluno elaborará seu Trabalho de Conclusão de Curso sob a orientação e a supervisão de um Professor-Orientador, escolhido livremente, dentre os professores vinculados ao curso de Especialização *lato sensu* em Direito Público e Privado.

Art. 25 Compete ao Professor-Orientador:

- I. Orientar o aluno na elaboração de seu trabalho de conclusão de curso;
- II. Supervisionar a elaboração do trabalho de conclusão de curso;
- III. Zelar pelo bom nível dos trabalhos elaborados sob a sua supervisão;
- IV. Opinar quanto à possibilidade de defesa da monografia, quando esta modalidade de TCC estiver presente em alguma das ofertas do curso;

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26 Compete ao Colegiado decidir sobre os casos omissos neste Regimento.

Art. 27 Aplica-se subsidiariamente, no que couberem, inclusive na ausência de disposição prevista neste Regimento Interno, as disposições da Resolução CONPEP 34/2022 e Resolução CNE-CESU n.º 01, de 08 de junho de 2007.



Art 28. Este Regimento entrará em vigor na data de aprovação do curso pelo Conselho Superior de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Ouro Preto – CONPEP.

Ouro Preto, 01 de junho de 2022.



ANEXO II – PROGRAMA DAS DISCIPLINAS



Nome do Componente Curricular em português: AÇÕES CONSTITUCIONAIS		Código:
Nome do Componente Curricular em inglês: CONSTITUTIONAL REMEDIES		
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito - DEDIR		Unidade acadêmica: EDTM
Carga horária 30 horas	Carga horária semanal teórica	Carga horária semanal prática
Ementa: Garantias Constitucionais Gerais e Especiais. Mandado de Segurança. <i>Habeas Data</i> . Mandado de Injunção. Ação Popular. Ação Civil Pública. Controle de Constitucionalidade: Incidente de Inconstitucionalidade e Recurso Extraordinário. Controle Concentrado de Constitucionalidade.		
Conteúdo programático: • O que são Garantias Constitucionais? Garantias Gerais e Especiais. • Mandado de Segurança: Constituição e Lei 12.016/09. Mandado de Segurança Individual e Coletivo. Objeto. Teoria da Encampação. Cabimento e não cabimento. Efeitos da decisão. Jurisprudência aplicável. • <i>Habeas Data</i>: Constituição e Lei 9.507/97. Jurisprudência aplicável. • Mandado de Injunção: Constituição e Lei 13.300/16. Mandado de Injunção Individual e Coletivo. Efeitos da Decisão. Jurisprudência aplicável. • Ação Popular e Ação Civil Pública: Constituição e leis 4717/65 e 7347/85. Jurisdição Coletiva de Direitos Transindividuais e Individual-homogêneos. Inquérito Civil e Termo de Ajustamento de Conduta. Efeitos das decisões. Jurisprudência aplicável. • Controle de Constitucionalidade: Incidente de Inconstitucionalidade e Recurso Extraordinário. Ações de Controle Concentrado de Constitucionalidade: cabimento, “amicus curiae”, cautelar, julgamento, modulação dos efeitos e decisões interpretativas. Jurisprudência aplicável.		
Bibliografia básica: BAHIA, Alexandre. Recursos Extraordinários no STF e no STJ. Curitiba: Juruá. FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. Salvador: Jus Podium. MITIDIERO, Daniel; Sarlet Ingo W.; MARINONI, Luiz G. Curso de Direito Constitucional. SP: RT.		
Bibliografia complementar: ABBOUD, Georges. Processo Constitucional Brasileiro. SP: RT. CARVALHO, Kildare G. Direito Constitucional: Teoria do Estado e da Constituição e Direito Constitucional Positivo. Belo Horizonte: Del Rey. CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. Jurisdição Constitucional. Belo Horizonte: Del Rey. PEÑA DE MORAES, Guilherme. Curso de Direito Constitucional. RJ: Gen. DIDIER JR., Fredie; ZANETTI JR., Hermes. Curso de Direito Processual Civil. Vol. 4. Salvador: JusPodivm.		



Nome do Componente Curricular em português: DIREITO DO CONSUMIDOR		Código:
Nome do Componente Curricular em inglês: CONSUMER LAW		
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito - DEDIR		Unidade acadêmica: EDTM
Carga horária 30 horas	Carga horária semanal teórica	Carga horária semanal prática
Ementa: A proteção do consumidor na CRFB-88. O Código de Defesa do Consumidor. A equação jurídica de consumo. A política Nacional das Relações de Consumo. Boa fé objetiva. Os direitos básicos dos consumidores. Responsabilidade civil nas relações de consumo (inovações doutrinárias). Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Os paradigmas da proteção contratual e a sua realização na jurisprudência. Superendividamento.		
Conteúdo programático: 1) A proteção do consumidor na CRFB-88: a) Da sociedade de consumo ao consumismo; b) A proteção como garantia fundamental; c) A proteção do consumidor como condição para alcançar a finalidade da ordem econômica nacional. 2) O Código de Defesa do Consumidor. a) Lei de ordem pública e interesse social – impactos jurisprudenciais; b) O microssistema de proteção do consumidor 3 – A Política nacional da relações de Consumo a) Paradigmas b) Princípios orientadores; c) A atuação dos órgãos do sistema de proteção do consumidor. d) A plataforma consumidor.gov como alternativa para a defesa qualificada dos consumidores. 4 – A boa fé objetiva a) elemento de interpretação e integração das relações de consumo; b) Impactos jurisprudenciais; 5- Os direitos básicos dos consumidores; a) Função, interpretação e aplicação; 6 – Responsabilidade civil nas relações de consumo a) Fato do produto e vício do produto; b) O paradigma da responsabilidade objetiva; c) Teoria da qualidade; d) Teoria do desvio produtivo e teoria do menosprezo planejado como fatores de amplificação do quantum indenizatório. e) A realização a partir da jurisprudência 7 – Desconsideração da personalidade jurídica		

- a) Teoria menor x teoria maior;
 - b) A utilização estratégia para a garantia de efetividade dos direitos dos consumidores;
 - c) A realização a partir da jurisprudência
- 8 – Práticas comerciais;
- a) Oferta, publicidade e vinculação;
 - b) Os interesses econômicos envolvidos;
 - c) Critérios para aferição da deslealdade;
 - d) A exemplificação do CDC;
 - e) Aspectos jurisprudenciais;
- 9 – Proteção contratual
- a) A influência da boa-fé;
 - b) Paradigmas contratuais no CDC;
 - c) A realização da proteção contratual na jurisprudência;
- 10 – Superendividamento.
- a) Origens e impactos;
 - b) Prevenção;
 - c) Tratamento;
 - d) Aspectos procedimentais;

Bibliografia básica:

Felipe Braga Netto. *Manual de Direito do Consumidor à luz da jurisprudência do STJ*. 14ª Ed. JusPODIVM, 2019.

Felipe Comarela Milanez. *Interesses econômicos e as práticas comerciais desleais: uma abordagem a partir do Direito Português e do Direito Europeu*. Arraes Editora, 2021.

Flávio Tartuce. *Manual de Direito do Consumidor: Direito material e direito processual*. 2ª Ed. Ed. Método, 2013.

Bibliografia complementar:

André Perin Schmidt Neto. *Contratos na sociedade de consumo – vontade e confiança*. 2ª edição. Ed. RT, 2019.

Bruno Miragem. *Curso de Direito do Consumidor*. 6ª edição, ed. RT, 2016.

Cláudia Lima Marques. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*. 9ª ed. Ed. RT, 2019.

Ezequiel Moraes A *boa fé objetiva pré-contratual: deveres anexos de conduta*. Ed. RT, 2019.

Fabício Germano Alves. *Direito Publicitário – proteção do consumidor*. Ed. RT, 2020.

Laís Bergstein. *O tempo do Consumidor e o menosprezo planejado: o tratamento jurídico do tempo perdido e a superação de suas causas*. Ed. RT, 2019.

Marcos Dessaune. *Teoria aprofundada do desvio produtivo: o prejuízo do tempo desperdiçado e da vida alterada*. 2ª edição. Edição Especial do Autor, 2017.



Nome do Componente Curricular em português: PROPRIEDADE INDUSTRIAL		Código:
Nome do Componente Curricular em inglês: INDUSTRIAL PROPERTY		
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito - DEDIR		Unidade acadêmica: EDTM
Carga horária 30 horas	Carga horária semanal teórica	Carga horária semanal prática
Ementa: Propriedade industrial . Registro. Marcas. Desenhos industriais. Indicações geográficas. Patentes. Invenções. Modelos de utilidade.		
Conteúdo programático: Propriedade Industrial 1. Atividade empresarial e propriedade industrial 2. Propriedade Intelectual e Propriedade Industrial 3. Propriedade Industrial e Legislação aplicável 3.1. O Direito Internacional e os tratados 3.2. O Direito Pátrio 4. Das Espécies Sujeitas ao Registro 4.1. Marcas 4.1.1. Marcas e sinais distintivos. 4.2. Desenhos Industriais 5. Das Espécies Sujeitas a Patente 5.1. Invenções 5.2. Modelos de Utilidade 6. Requisitos e Procedimento interno de concessão de patentes e registros 7. Aspectos da proteção à propriedade industrial		
Bibliografia básica: CAMPINHO, S. Curso de Direito Comercial - Direito de Empresa . 18ª ed. São Paulo, SP: Saraiva Jur, 2022. NEGRÃO, R. Curso de Direito Comercial e de Empresa. Teoria Geral da Empresa e Direito Societário . 16ª ed. São Paulo, SP: Saraiva Jur, 2020. v. 1 TOMAZETTE, M. Curso de Direito Empresarial: Teoria Geral e Direito Societário . 13ª ed. São Paulo, SP: Saraiva Jur, 2022. v. 1		
Bibliografia complementar:		

INPI. **Manual de Marcas**, 2022. Disponível em: <<http://manualdemarcas.inpi.gov.br/>>

INPI. **Guia das Indicações Geográficas** , 2019. Disponível em:
<<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/arquivos-publicacoes-ig/guia-das-igs-conceitos/view>>

WIPO. **Perguntas e Respostas sobre o PCT**, [s.d.]. Disponível em:
<https://www.wipo.int/export/sites/www/pct/pt/basic_facts/faqs_about_the_pct.pdf>



Nome do Componente Curricular em português: Processo e Procedimento Administrativo		Código:
Nome do Componente Curricular em inglês: Administrative process and procedure		
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito - DEDIR		Unidade acadêmica: EDTM
Carga horária 30 horas	Carga horária semanal teórica 30	Carga horária semanal prática -
Ementa: Processo e Democracia. Processo e Procedimento: conceitos, distinções e possibilidades de compreensão. Princípios Processuais Constitucionais e Infraconstitucionais. Jurisprudência sobre controle do Processo Administrativo por Princípios. Procedimento administrativo: fases: instauração, instrução, decisão, reconsideração, recursos e revisão. Invalidades e Prescrição.		
Conteúdo programático: UNIDADE I: Introdução 1.1 Poder, processo e jurisdição. 1.2 Relação entre Ciência Jurídica e Técnica Jurídica. 1.3 Direito, Estado e processo. 1.4 Dogmática Jurídica e Teoria Geral do Direito. 1.5 Provimento estatal: um conceito a ser explicitado. UNIDADE III: Teoria Geral do Processo 2.1 Processo e Procedimento: multiplicidade de acepções. 2.2 Processo como procedimento realizado em contraditório. 2.3 Procedimento: atividade preparatória do provimento. 2.4 Condições de possibilidade do provimento estatal. 2.5 Contraditório: o que é isto? UNIDADE III: Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. 3.1 Disposições gerais e principiologia. 3.2 Direitos e deveres dos administrados. 3.3 Início do processo administrativo, competência, impedimentos e suspeição. 3.4 Da forma, do tempo, do lugar dos atos processuais e das comunicações. 3.5 Da instrução. UNIDADE IV: Fazendo decisões administrativas 4.1 Do dever constitucional de decidir. 4.2 Da motivação e dos requisitos da motivação. 4.3 Do relatório e da parte dispositiva. 4.4 Da teoria dos motivos determinantes. 4.5 Da desistência e outros casos de extinção do processo. UNIDADE V: Anulação, revogação e convalidação. 5.1 Da anulação.		

- 5.2 Da revogação.
- 5.3 Da convalidação.

UNIDADE VI: Recurso administrativo e da revisão

- 6.1 Reconsideração.
- 6.2 Recurso em sentido estrito.
- 6.3 Graus de recurso.
- 6.4 Cabimento e interposição de recurso.
- 6.5 Prazos e legitimação recursal.

UNIDADE VII: Processo Administrativo Disciplinar

- 7.1 Introdução e princípios processuais aplicáveis.
- 7.2 Do dever de apurar.
- 7.3 Responsabilidade disciplinar.
- 7.4. Procedimentos Investigativos: Sindicância Investigativa (SINVE), Sindicância Patrimonial (SINPA) e Investigação Preliminar Sumária (IPS).
- 7.5 Procedimentos Acusatórios: Sindicância Acusatória (SINAC), Processo Administrativo Disciplinar Sumário e Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

UNIDADE VIII: Questões práticas sobre processo administrativo

- 8.1 Denúncias, juízo de admissibilidade e instauração do Processo Administrativo Disciplinar.
- 8.2 Indiciação, instrução processual defesa, relatório final e julgamento.
- 8.3. Prescrição e regime de invalidades: nulidade, anulabilidade, ato inexistente, mera irregularidade.
- 8.4 Princípios específicos: da oficialidade, do prejuízo, do aproveitamento dos atos processuais, da primazia do mérito, da boa-fé processual e da proteção da confiança.
- 8.5. Jurisprudência sobre controle do Processo Administrativo Disciplinar.

Bibliografia básica:

BRASIL. Lei n. 8112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm>.

BRASIL. Lei n. 9784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19784.htm>.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. CGU. Manual de Processo Administrativo Disciplinar. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/64869>>.

CAVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28ª edição. São Paulo: Atlas, 2015.

CARVALHO, Antonio Carlos Alencar. Manual de processo administrativo disciplinar e sindicância: À Luz da Jurisprudência dos Tribunais e da Casuística da Administração Pública. 7ª edição. Belo Horizonte: Fórum, 2021.

DINIZ, Paulo de Matos Ferreira. Lei 8.112; atualizada, comentada, manualizada, revisada; com atualização pela Internet. 9ª edição. Brasília: Brasília Jurídica, 2006.

GONÇALVES, Aroldo Plínio. Técnica Processual e Teoria do Processo. 2ª edição. Del Rey: Belo Horizonte, 2012.

PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho; FORTINI, Cristiana; CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa. Processo Administrativo. Comentários à Lei Nº 9.784/1999. 2ª edição. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

Bibliografia complementar:

NUNES, Processo Jurisdicional Democrático. Uma análise crítica das reformas processuais. 1ª edição. Curitiba: Juruá, 2008.

GONÇALVES, Aroldo Plínio. Nulidades no processo. Rio de Janeiro: AIDE Editora, 2000.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. Direito, poder, justiça e processo: julgando os que nos julgam. Rio de Janeiro: Forense, 1999



Nome do Componente Curricular em português: DIREITO PROCESSUAL CIVIL: a fase cognitiva do procedimento comum na perspectiva das normas fundamentais do processo civil Nome do Componente Curricular em inglês: CIVIL PROCEDURAL LAW: the process of cognition from the perspective of the fundamental norms of civil procedure		Código:
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito - DEDIR		Unidade acadêmica: EDTM
Carga horária 30 horas	Carga horária semanal teórica	Carga horária semanal prática
Ementa: Normas Fundamentais do Processo Civil. Procedimento Comum. Postulação e Defesa. Autocomposição. Extinção total e Parcial do Processo. Decisão antecipada total e parcial do mérito. Saneamento e Organização do Processo. Instrução processual. Sentença. Repercussões Recursais.		
Conteúdo programático: Unidade 1: O procedimento comum à luz das Normas Fundamentais do Processo Civil. Unidade 2: Postulação e defesa. Unidade 3: Autocomposição. Unidade 4: Providências preliminares, extinção total e parcial do processo, julgamento antecipado total e parcial do mérito, saneamento e organização do processo. Unidade 5: Instrução Processual. Unidade 6: Sentença e Repercussões Recursais.		
Bibliografia básica: DIDIER JR., Fredie. <i>Curso de Direito Processual Civil</i>. Vol. 1. 22ª ed. Salvador: JusPodivm, 2020. DIDIER JR., Fredie. <i>Curso de Direito Processual Civil</i>. Vol. 2. 15ª ed. Salvador: JusPodivm, 2020. THEODORO JR., Humberto. <i>Curso de Direito Processual Civil</i>. Vol. 1. 61ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.		
Bibliografia complementar: MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. <i>Curso de Direito Processual Civil</i>. Vol. 2. 2ª ed. São Paulo: RT, 2016. MARZINETTI, Miguel. <i>Justiça multiportas e o paradoxo do acesso à justiça no Brasil: da falência do Poder Judiciário aos métodos integrados de solução de conflitos</i>. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. MITIDIERO, Daniel. <i>Processo Civil</i>. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. <i>Manual de Direito Processual Civil</i>. 12ª ed. Salvador: JusPodivm, 2020. NUNES, Leonardo Silva. A conciliação dos atos de comunicação processual e demais faculdades das partes após a tutela provisória: um problema ainda mal compreendido. <i>In</i>:		

Inovações e Modificações do Código de Processo Civil: avanços, desafios e perspectivas. Coord.: Fernando Gonzaga Jayme *et al.* Belo Horizonte: Del Rey, 2017. Disponível em: <https://linktr.ee/NunesLeonardo>.

OLIVEIRA JR., Zulmar Duarte de, *et al.* *Teoria Geral do Processo – parte geral: comentários ao CPC de 2015.* 3ª ed. São Paulo: Método, 2019.

PEDRON, Flávio Quinaud; NOGUEIRA, Luiz Fernando Valladão; NUNES, Leonardo Silva Nunes. É ainda importante falar sobre essa “bobagem” chamada contraditório. *Consultor Jurídico*. 6dez.2018. Disponível em: <https://linktr.ee/NunesLeonardo>.

THEODORO JR., Humberto; NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre Melo Franco; PEDRON, Flávio Quinaud. *Novo CPC – fundamentos e sistematização.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.



Nome do Componente Curricular em português: Direito Processual Civil		Código:
Nome do Componente Curricular em inglês: Civil Procedural Law		
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito - DEDIR		Unidade acadêmica: EDTM
Carga horária 30 horas	Carga horária semanal teórica 15 horas	Carga horária semanal prática 15 horas
Ementa: Procedimentos Especiais Contenciosos, Procedimentos Especiais Voluntários, Procedimentos Especiais em Legislação Específica conforme Jurisprudência atual dos Tribunais.		
Conteúdo programático: 1) Ação de Consignação em Pagamento. Noções Gerais, Objeto da Consignação, Modalidades de Consignação, Legitimidade, Foro Competente e Procedimento. 2) Ação de Exigir Contas. Noções Gerais, Natureza Jurídica, Natureza Dúplice, Legitimidade, Foro Competente, Ação de Exigir Contas, Forma de Prestar Contas. 3) Ações Possessórias. Noções Gerais, Natureza Jurídica, Classificação da Posse, Manutenção e Reintegração de Posse, Natureza Dúplice, Procedimento (Tutela Antecipatória, Justificação Prévia, etc.). 4) Ação de Usucapião Extrajudicial. Noções Gerais, Legitimidade, Espécies de Usucapião e Procedimento. 5) Inventário e Partilha. Noções Gerais, Espécies de Inventário, Legitimidade, Procedimento, Partilha e Lei 11.441/2007. 6) Embargos de Terceiro. Noções Gerais, Legitimidade, Foro Competente, Momento para Oposição dos Embargos e Procedimento. 7) Ação Monitória. Noções Gerais, Natureza Jurídica, Condições da Ação, Objeto da Ação Monitória, Foro Competente e Procedimento.		

8) Ação de Separação e Divórcio. Das Ações De Família.

9) Da Curatela dos Interditos. Noções Gerais, Tutela, Curatela e Intervenção do Ministério Público.

10) Ações da Lei do Inquilinato. Noções Gerais, Espécies e Nova Lei do Inquilinato.

Bibliografia básica:

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de Processo Civil:** Tutela do direitos mediante procedimentos diferenciados. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de direito processual civil.** São Paulo: Atlas. S.A.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil.** 16.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil:** procedimentos especiais., Rio de Janeiro: Forense.

NUNES, Elpídio Donizetti. **Curso didático de direito processual civil.** ampl. e atual. São Paulo: Atlas.

Bibliografia complementar:

NEVES, Daniel Amorim Assumpção (org); FUX, Luiz (coord.). **Novo CPC : Comparado artigo por artigo, parágrafo por parágrafo, inciso por inciso, alínea por alínea.** São Paulo: Gen Método. Novo CPC Totalmente confrontado com o código de 1973; índice Alfabético- Remissivo Unificado; Tabelas de correspondência para consulta rápida; Anotações à legislação especial.

CARNELUTTI, Francesco. **Como se faz um processo.** 3.ed. Sorocaba: Minelli.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO



Nome do Componente Curricular em português: PROCESSO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL TRIBUTÁRIO Nome do Componente Curricular em inglês: ADMINISTRATIVE AND JUDICIAL TAX PROCEDURE		Código:
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito - DEDIR		Unidade acadêmica: EDTM
Carga horária 30 horas	Carga horária semanal teórica	Carga horária semanal prática
Ementa: Processo administrativo tributário nos âmbitos federal, estadual e municipal, bem como outros procedimentos e processos administrativos (compensação, parcelamento, restituição, reconhecimento de isenção/imunidade). Processo judicial tributário.		
Conteúdo programático: Unidade 1 – Alguns princípios processuais aplicados ao Direito Tributário. Processo administrativo tributário: processo administrativo nos âmbitos federal, estadual e municipal (fases de julgamento, provas, ritos, recursos); compensação; restituição; parcelamento; reconhecimento de isenção e imunidade; canais eletrônicos de interação entre sujeitos ativo e passivo tributários. Unidade 2 – Processo judicial tributário: ações exacionais e antiexacionais. Execução fiscal. Embargos à Execução fiscal. Mandado de segurança em matéria tributária. Ação de repetição de indébito. Ação anulatória de débito/lançamento. Ação declaratória (inclusive para declaração de inexistência de relação jurídica). Cautelar fiscal. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade.		
Bibliografia básica: MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Processo Tributário. Grupo GEN, 2020. 9788597024425. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024425/ MARINS, James. Direito processual tributário brasileiro: administrativo e judicial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022, 14. ed., ISBN 978-65-5991-671-9. ROCHA, Sérgio André. Processo Administrativo Fiscal: Controle Administrativo do Lançamento Tributário. Grupo Almedina, 2018. 9788584934355. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584934355/		
Bibliografia complementar: AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. Editora Saraiva, 2017. 9788547221744. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547221744		

CASSONE, Vittorio. Processo Tributário - Teoria e Prática / Vittorio Cassone, Júlio César Rossi, Maria Eugenia Teixeira Cassone. 15ª edição. Grupo GEN, 2017. 9788597012729. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012729/>

COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Grupo GEN, 2019. 9788530988357. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988357/>

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Código Tributário Nacional, 7ª edição. Grupo GEN, 2018. 9788597015720. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597015720/>

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Comentários ao Código Tributário Nacional, v. 2 : (arts. 96 a 218), 7ª Edição. Editora Saraiva, 2012. 9788502175709. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502175709/>

PAULSEN, Leandro. Curso de direito tributário completo. Editora Saraiva, 2019. 9788553616282. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553616282/>

SANTI, Eurico Marcos Diniz de. Curso de direito tributário e finanças públicas, 1ª edição. Editora Saraiva, 2007. 9788502144620. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502144620/>

SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito tributário. Editora Saraiva, 2018. 9788553610174. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610174/>

* Os links indicados são para leitura em ambiente digital, aplicáveis para usuários que tenham acesso à plataforma virtual indicada. As obras mencionadas estão disponíveis em meio físico para aquisição.



Nome do Componente Curricular em português: METODOLOGIA DA PESQUISA		Código:
Nome do Componente Curricular em inglês: RESEARCH METHODOLOGY		
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito - DEDIR		Unidade acadêmica: EDTM
Carga horária 30 horas	Carga horária semanal teórica 30 horas	Carga horária semanal prática
Ementa: O curso tem por finalidade possibilitar aos alunos dos cursos de pós-graduação a compreensão e utilização de procedimentos técnico-metodológicos que facilitem o planejamento e desenvolvimento de pesquisas. Ou seja, oferecer a oportunidade de vivenciarem a experiência prática de investigar temas de seu interesse e que os mesmos possam aplicar cientificamente no Projeto de Pesquisa. Pretende ainda propiciar um melhor entendimento da relação entre o campo do conhecimento e os métodos existentes, para auxiliar o aluno na justificativa da escolha do seu objeto de pesquisa. Por fim, objetiva contribuir para o desenvolvimento de um olhar crítico e raciocínio científico sobre os principais tipos de pesquisa. Portanto, o curso terá como objetivos específicos: introduzir o aluno no processo de produção do conhecimento, apresentando a ciência enquanto reflexo de uma determinada concepção de mundo e de objeto que se pretende conhecer. Despertar o interesse para atividades científicas e familiarizá-los com a utilização dos principais instrumentos de coleta e análise de dados, seus limites e suas contribuições. Preparar e orientar na proposição e estruturação de projeto de pesquisa com definição de tema, hipótese(s), justificativa, objetivos, instrumentos, cronograma e bibliografia compatíveis. Ao fim, a proposta é a elaboração de pré-projeto e Apresentação do Plano Inicial Provisório do Projeto de Pesquisa.		
Conteúdo programático: 1) Aula 1 - 2h/a - Aula Introdutória Conversa com os alunos (objetivo é procurar saber se os mesmos já tiveram algum contato com disciplinas de Metodologia da Pesquisa e se já desenvolveram ou elaboraram algum tipo de pesquisa ou de projeto; aferir se existe algum aluno que tenha alguma proposta para desenvolver o Projeto de Pesquisa) Apresentação do programa do curso e agendamento das reuniões individuais; Comentários sobre os textos sugeridos "Leitura de Textos". 2) Aula 2 - 2h/a - "Começo de Conversa - Início dos Trabalhos" O que é uma hipótese? O que é um Objetivo Geral? O que são Objetivos Específicos. O que é uma Justificativa? Relevância? Diferenciar os casos possibilitando que os alunos apresentem os temas e verificando com os mesmos a possibilidade de dialogar os conceitos apresentados com os trabalhos que serão elaborados pelos mesmos nos projetos de pesquisa. 3) Aula 4 - 2h/a - Pesquisa O que é uma Pesquisa?		

Como fazer uma Pesquisa?

Quais são os tipos de Pesquisa que podemos fazer? Em quais áreas?

Qual o tipo de pesquisa que devemos adotar para determinado método?

4) Aula 6 - 2h/a - Etapas da Pesquisa

O que será pesquisado? O que se vai fazer?; Por que se deseja fazer a pesquisa?; Para que se deseja fazer a pesquisa?; Como será realizada a pesquisa?; Quais recursos serão necessários para sua execução?; Quanto vai custar, quanto tempo vai se levar para executá-la e quem serão os responsáveis pela sua execução?

5) Aula 3 - 6h/a – Metodologia da Pesquisa

O que é a Metodologia da Pesquisa?

Os tipos de Metodologia da Pesquisa? Onde eles podem e devem ser utilizados?

6) Aula 5 - 4h/a - ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

As normas técnicas para citação

Estrutura do Trabalho de Pesquisa: TÍTULO DA PESQUISA; INTRODUÇÃO; OBJETIVO GERAL

OBJETIVOS ESPECÍFICOS; REVISÃO DE LITERATURA; METODOLOGIA; CRONOGRAMA; ORÇAMENTO; EXECUTOR(es); REFERÊNCIAS; APÊNDICE(s); e ANEXO(s)

7) Aula 7 - 4h/a - Artigos

Como elaborar Artigos para Publicação? O que é um Artigo Científico? Tipos de Artigo? Estrutura Recomendada para Artigo.

8) Aula 8 - 2h/a - Referências Bibliográficas

Onde procurar? O que pode ser usado como referência? Quantidade de referências? O que é uma referência relevante? Como dialogar o texto produzido com a referência bibliográfica

9) Aula 9 - 4h/a - Conclusão

O que é uma conclusão de Projeto de Pesquisa? Como fazer uma conclusão? Quais são os elementos que devem ser trazidos para concluir um Projeto? O que é possível afirmar?

10) Aula 10 - 2h/a - Fechamento do Curso

Esclarecimentos de Dúvidas

Apresentação do Projeto de Pesquisa desenvolvido pelo aluno ou aprimorado durante o Curso.2)

Explicação do Levantamento bibliográfico resumido e comentado.

Bibliografia básica:

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. Rio de Janeiro: Ed. Perspectiva, 2007 (22ª edição).

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas, 1992.

Bibliografia complementar:

Metodologia da pesquisa científica [recurso eletrônico] / Adriana Soares Pereira ... [et al.]. – 1. ed. – Santa Maria, RS : UFSM, NTE, 2018. 1 e-book. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/02/Metodologia-da-Pesquisa-Cientifica_final.pdf.

PRAÇA, Fabíola Silva Garcia. METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA: ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL E OS DESAFIOS PARA REDIGIR O TRABALHO DE CONCLUSÃO. IN **Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos** (ISSN: 0486-6266), nº 1, p. 72-87, JAN-JUL, 2015.



Nome do Componente Curricular em português: ASPECTOS LEGAIS DA PROTEÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL		Código:
Nome do Componente Curricular em inglês: LEGAL ASPECTS AND MANAGEMENT OF THE CULTURAL HERITAGE		
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito - DEDIR		Unidade acadêmica: EDTM
Carga horária 30 horas	Carga horária semanal teórica 30	Carga horária semanal prática -
Ementa: Direito fundamental ao patrimônio cultural. Distinção entre patrimônio natural e patrimônio cultural. Metodologia, diretrizes, conceitos, subsídios e procedimentos legais para a elaboração dos instrumentos: tombamento, registro, inventário, plano diretor. Análise de impactos da imposição dos instrumentos sobre a população usuária. Distinção entre bem tombado e entorno, aspectos jurídicos. Atuação do Ministério Público e possibilidades de judicialização da matéria. Crimes contra o patrimônio. Responsabilidades civil, penal e administrativa. Competências legislativa e material da União, dos Estados e dos Municípios. Leis de incentivo à cultura, ICMS Cultural, Conselhos e Fundos Municipais. Incentivos fiscais. EPIC e REPI. Licenciamento ambiental e patrimonial .		
Conteúdo programático: - O conteúdo do Direito do Patrimônio Cultural. - A distinção do Direito Ambiental (distorções e conflitos) - O Direito ao Patrimônio Cultural é um Direito Fundamental? - Distribuição de competências administrativas, legislativas e jurisdicionais. - A função social do bem cultural. - Instrumentos de proteção: Inventário, Registro, Restrições de Circulação, Chancela da Paisagem, Declaração UNESCO, TAC, Declaração Legislativa e Judicial. - Tombamento: procedimento, tomb. prévio, definitivo, entorno, desapropriação indireta. - Incentivos administrativos e fiscais em favor do Patrimônio. - PAC - Fundos - Lei Rouanet - Arquitetura Pública - IPTU regressivo - ICMS Patrimônio - Dos crimes contra o Patrimônio Cultural.		

- PC e Direito Urbanístico (planos diretores, outorga onerosa, EIV...)
- Licenciamento Patrimonial – EPIC e REPIC

Bibliografia básica:

FERNANDES, Edésio, ALFONSIN, Betânia (orgs). Revisitando o Instituto do Tombamento. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

PAIVA, Carlos Magno de Souza. Direito do patrimônio cultural: autonomia e efetividade. Curitiba: Juruá, 2015. 236 p.

PAIVA, Carlos Magno de Souza. Manual para quem Vive em Casas Tombadas. Ouro Preto: Graphar, 2018. 134p.

Bibliografia complementar:

FERNANDES, Edésio e RUGANI, Jurema (org). Cidade, Memória e Legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico. Belo Horizonte: IAB-MG, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC Iphan, 2005. 2ª Ed.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro: doutrina, jurisprudência, legislação. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

PAIVA, Carlos Magno de Souza, MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Direito ao Patrimônio Cultural: Compêndio da Legislação Brasileira. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2011.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Diferentes olhares sobre a preservação das cidades: entre os dissensos e os diálogos dos moradores com o patrimônio. 2016. 266 p. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.



Nome do Componente Curricular em português: DIREITO PROCESSUAL PENAL		Código:
Nome do Componente Curricular em inglês: CRIMINAL PROCEDURAL LAW		
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito - DEDIR		Unidade acadêmica: EDTM
Carga horária 30 horas	Carga horária semanal teórica	Carga horária semanal prática
Ementa: PROCEDIMENTOS. NULIDADES. RECURSOS		
Conteúdo programático: Unidade 1: Processo e procedimento; conceitos; procedimentos, espécies: ordinário, sumário, sumaríssimo, do júri; especiais; perante os tribunais. Unidade 2: Nulidades. Processo e atos processuais. Validade dos atos processuais. Atos irregulares, nulos e inexistentes. Nulidade absoluta e relativa. Atipicidade Constitucional. Sistemas jurídicos para imposição da sanção de nulidade. Princípios gerais para o pronunciamento da invalidade do ato processual: do prejuízo, da causalidade, do interesse, da convalidação. Regras especiais: nulidade por ilegitimidade de parte; omissões da denúncia ou da queixa; nulidade por incompetência do juízo e por suspeição; instrução probatória: direito à prova. Unidade 3. Recursos. Teoria Geral: características dos recursos; classificação dos recursos; princípios gerais dos recursos: taxatividade, unirecorribilidade, preclusão, complementariedade, fungibilidade, má-fé. Contraditório e recurso. Disponibilidade dos recursos: renúncia e desistência. Irrecorribilidade das interlocutórias. Personalidade dos recursos; reformatio in pejus. Natureza da decisão sujeita a recurso. Efeitos dos recursos: devolutivo e suspensivo. Momento		

do trânsito em julgado e presunção de inocência. Extensão subjetiva dos efeitos dos recursos; efeito iterativo. Classificação das decisões. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito. Reforma da decisão recorrida; anulação da decisão recorrida. Requisitos de admissibilidade. Legitimação para recorrer. Interesse de recorrer: adequação e necessidade. Pressupostos recursais. Apelação, recurso no sentido estrito e embargos de declaração.

Bibliografia básica:

Bibliografia básica: 1) Avena, Norberto. Processo Penal; 2) Nucci, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal; 3) Pacelli, Eugenio. Fischer, Douglas. Comentários ao Código de Processo penal e sua jurisprudência.

Obras disponíveis em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/>

Bibliografia complementar:

Bibliografia complementar: 1) Manole, Editora. Código de Processo Penal; 2) Rangel, Paulo. Direito Processual Penal. 3) Gloeckner, Ricardo Jacobsen. Nulidades no Processo Penal 4) Reis, Alexandre Cebrian Araújo. Gonçalves, Victor Eduardo Rio. Processo Penal. Procedimentos, nulidades e recursos. 5) Nucci, Guilherme de Souza. Processo Penal e Execução Penal (esquemas e sistemas).

Obras disponíveis em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/>



Nome do Componente Curricular em português: DIREITO DO TRABALHO		Código:
Nome do Componente Curricular em inglês: Labor Rights		
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito - DEDIR		Unidade acadêmica: EDTM
Carga horária 30 horas	Carga horária semanal teórica	Carga horária semanal prática
Ementa: Direito do Trabalho: síntese, funções, princípios, crise e perspectivas. Reforma Trabalhista como processo de desconstrução: alterações patronais em normas e ataques à jurisprudência consolidada. Reforma Trabalhista: repercussão em teorias e fundamentos do Direito do Trabalho. Reforma Trabalhista e novos institutos. Reforma Trabalhista e Duração do Trabalho. Reforma Trabalhista e Remuneração. Reforma Trabalhista e Direito Coletivo. Reforma Trabalhista: inconstitucionalidades e ofensas às normas da OIT.		
Conteúdo programático: Unidade 1. Direito do Trabalho: síntese, funções, princípios, crise e perspectivas. Unidade 1. Reforma Trabalhista como processo de desconstrução: alterações patronais em normas e ataques à jurisprudência consolidada. Unidade 1. Reforma Trabalhista: repercussão em teorias e fundamentos do Direito do Trabalho. Unidade 1. Reforma Trabalhista e novos institutos. Unidade 1. Reforma Trabalhista e Duração do Trabalho. Unidade 1. Reforma Trabalhista e Remuneração. Unidade 1. Reforma Trabalhista e Direito Coletivo. Unidade 1. Reforma Trabalhista: inconstitucionalidades e ofensas às normas da OIT.		
Bibliografia básica: ALVES, Amauri Cesar. Manual de Direito do Trabalho . Belo Horizonte: RTM, 2021. ALVES, Amauri Cesar. LEITE, Rafaela Fernandes (Org.) Reforma Trabalhista . Belo Horizonte: Conhecimento, 2017. DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho . 21. ed. São Paulo: LTr., 2022.		
Bibliografia complementar: JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. Direito do Trabalho . São Paulo: Atlas. E-BOOK disponível na Biblioteca Virtual (MINHA BIBLIOTECA) da UFOP. LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito do Trabalho . São Paulo: Saraiva. E-BOOK disponível na Biblioteca Virtual (MINHA BIBLIOTECA) da UFOP. MARTINEZ, Luciano. Curso de Direito do Trabalho . São Paulo: Saraiva. E-BOOK disponível na Biblioteca Virtual (MINHA BIBLIOTECA) da UFOP.		



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



Nome do Componente Curricular em português: BOAS PRÁTICAS E DIREITO DIGITAL		Código:
Nome do Componente Curricular em inglês: BEST GOVERNANCE PRACTICES FOR COMPLIANCE, TECHNOLOGY AND DIGITAL LAW		
Nome e sigla do departamento:		Unidade acadêmica:
Carga horária: 30 horas	Carga horária semanal teórica	Carga horária semanal prática
Ementa: Boas práticas. Privacidade na internet. Proteção de Dados no Brasil. Compliance Digital. Responsabilidade civil, boas práticas e novas tecnologias.		
Conteúdo programático: - Boa-fé objetiva e boas práticas para a eticidade no direito - Funções da boa-fé objetiva - Abuso e exercício de direitos - Boa-fé objetiva e boas práticas - Privacidade na internet - Governança e jurisdição na internet - Aspectos históricos, conceituais e principiológicos relevantes - Marco civil da internet - Proteção de dados pessoais e bases legais de tratamento. - Implementação de programa de conformidade com a LGPD - Regime de adequação - Documentos necessários - Compliance Digital - Cultura de proteção de dados - Teste de legítimo interesse e mapeamento de riscos. - Responsabilidade civil e boas práticas		
Bibliografia básica: BIONI, Bruno Ricardo. Proteção de Dados Pessoais - A Função e os Limites do Consentimento . São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988777/ . Acesso em: 23 Jul 2021 COSTA, Judith Martins. A boa-fé no direito privado: critérios para a sua aplicação . São Paulo: Editora Saraiva, 2018. 9788553601622. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553601622/ . Acesso em: 11 Apr 2022.		

MARTINS, Guilherme Magalhães; ROSENVALD, Nelson. **Responsabilidade Civil e Novas Tecnologias**. São Paulo: Editora Foco, 2020.

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito Digital**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502635647/>. Acesso em: 22 Sep 2020

Bibliografia complementar:

BARBOSA, Mafalda Miranda; BRAGA NETTO, Felipe Braga; SILVA, Michael César; FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura. (orgs.) **Direito Digital e Inteligência Artificial**. Diálogos entre Brasil e Europa. Indaiatuba: Foco, 2021.

BIONI, Bruno et al (Coords.). **Tratado de Proteção de Dados Pessoais**. São Paulo: GEN, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/>. Acesso em: 23 Jul 2021.

KASEMIRSKI, André Pedroso (Org.) ; ALICEDA, Rodolfo Ignácio (Org.) ; TEIXEIRA, Tarcisio (Org.) . **Empresas e a Implementação da LGPD**. Salvador: JusPodvm, 2021.

LIMA, C.R.P. D. **Comentários à Lei Geral de Proteção de Dados**. São Paulo: Almedina, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584935796/>. Acesso em: 23 Jul 2021.

MALDONADO, Viviane Nóbrega. **Lei Geral de Proteção de Dados: manual de implementação**. 2 ed. São Paulo: Ed. RT, 2021.

MARTINS, Guilherme Magalhães; LONGHI, João Victor Rozatti. **Direito digital**. Indaituba: Foco, 2020.

MEDON, Filipe. **Inteligência Artificial e Responsabilidade Civil: autonomia, riscos e solidariedade**. Salvador: Juspodivm, 2020.

PAESANI, Lilian. **Direito na Sociedade da Informação III**. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522482139/>. Acesso em: 22 Sep 2020.

PAESANI, Liliana Minardi. **Direito e internet: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil**. 7. ed. São Paulo: Atlas 2014. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522493623/>. Acesso em: 22 Sep 2020.

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Proteção de dados pessoais - comentários à Lei n. 13.709/2018 LGPD**. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553608324/>. Acesso em: 22 Sep 2020.

ROSENVALD, N.; FARIAS, C.C.D.; NETTO, F.P.B. **Novo Tratado de Responsabilidade Civil**. São Paulo,: Editora Saraiva, 2019. 9788553612086. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553612086/>. Acesso em: 11 Apr 2022.

SILVEIRA, Newton. **Propriedade Intelectual: Propriedade Industrial, Direito de Autor, Software, Cultivares, Nome Empresarial, Abuso de Patentes**. 6ªed. Barueri, SP: Manole,

2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520457535/>. Acesso em: 22 Sep 2020.

VIOL, D. M. Programas de Integridade e Combate à Corrupção: aspectos teóricos e empíricos da multiplicação do compliance anticorrupção no Brasil. São Paulo, Grupo Almedina (Portugal), 2021. 9786556273815. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556273815/>. Acesso em: 11 Apr 2022



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

Escola de Direito, Turismo e Museologia

Departamento de Direito

RESOLUÇÃO DEDIR N. 621
DEPARTAMENTO DE DIREITO/EDTM

Aprova a liberação de docentes do departamento de Direito para fazer parte de curso de especialização a ser oferecido pela UFOP, sem prejuízo dos seus encargos didáticos.

O **Presidente da Assembleia do Departamento de Direito**, da Escola de Direito, Turismo e Museologia da UFOP, em sua **146ª Assembleia Ordinária de Departamento**, realizada de forma virtual em **17 de maio de 2022**, no uso de suas atribuições legais, considerando,

que a proposta do projeto de criação do curso será objeto de análise de mérito pelo Conselho Departamental da Escola de Direito, Turismo e Museologia (COEDTM), e, na sequência, pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação e o Conselho de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, nos termos da Resolução CONPEP 34-2022;

o disposto no art. 20 da Resolução CONPEP 34-2022, que determina a autorização prévia do Departamento para atuação dos docentes envolvidos, além da definição da carga horária de trabalho para atuar no curso,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar a participação dos docentes do Departamento de Direito, **Profa. Dra. Beatriz Schettini** (SIAPE 3.446.971), **Profa. Dra. Juliana Evangelista de Almeida** (SIAPE1.006.172), **Profa. Dra. Renata Barbosa de Almeida** (SIAPE 1.489.858), **Prof. Dr. Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes Bahia** (SIAPE 2.919.775), **Prof. Dr. Amauri Cesar Alves** (SIAPE1.893.670), **Prof. Dr. Bruno Camilloto Arantes** (SIAPE2.352.567),

Prof. Dr. Carlos Magno de Souza (SIAPE2.620.012), **Prof. Dr. Cláudio Henrique Ribeiro da Silva** (SIAPE2.308.804), **Prof. Ms. Fabiano Cesar Rebuzzi Guzzo** (SIAPE2.366.093), **Prof. Dr. Felipe Comarela Milanez** (SIAPE2.518.132), **Prof. Dr. Leonardo Silva Nunes** (SIAPE2.520.523), **Prof. Luiz Henrique Manoel da Costa** (SIAPE2.176.273), **Prof. Dr. Roberto Henrique Pôrto Nogueira** (SIAPE1.788.225) e **Prof. Ms. Thiago Chaves Gaspar Bretas Lage** (SIAPE2.065.705) no Curso de Especialização *lato sensu* em Direito Público e Privado,

Art. 2º Definir, para fins de atuação no referido curso, o encargo didático de três horas/aula (3 h) por docente por semana, notadamente para lecionar a respectiva disciplina, atuar na orientação e na participação de bancas de trabalho de conclusão de curso, bem como, para quem assim atuar, nas ações da coordenação do curso.

Parágrafo único - A autorização em questão refere-se à atuação dos docentes na primeira turma ou edição do curso de especialização *lato sensu* em Direito Público e Privado.

Ouro Preto, 17 de maio de 2022.

Prof. Amauri Cesar Alves
Chefe do DEDIR/EDTM/UFOP
SIAPE 1.893.670



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA



Memorando REITORIA-UFOP Nº 191/2022

Ouro Preto, 19 de maio de 2022.

Prezada Profa. Claudia Aparecida Marlière de Lima

Reitora da UFOP

Assunto: **Pedido (FAZ)**

1. O Departamento de Direito, através do Prof. Felipe Comarela Milanez, está elaborando uma proposta de criação de um curso de especialização lato sensu em Direito Público e Privado, que conta com a participação de **14 (quatorze)** servidores docentes vinculados ao Departamento de Direito, além da atuação como docente de uma servidora técnica administrativa.
2. As aulas dessa especialização ocorrerão aos sábados, em dia e horário não coincidente com o cumprimento da carga horária semanal de trabalho. A atuação dos docentes será remunerada com base na legislação vigente.
3. Considerando a carga horária das disciplinas, 30 horas cada, bem como a realização das aulas quinzenalmente e a distribuição da execução das disciplinas ao longo do calendário acadêmico da pós graduação (18 semanas), não haverá violação do limite quantitativo de horas a serem dedicadas semanalmente pelos envolvidos.
4. Ademais, a previsão de oferta do curso é no **início de 2023**, em razão de todos os trâmites burocráticos que se mostram necessários e da necessidade de adequação ao calendário da pós graduação, conforme orientação da Pró Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.
5. As disciplinas do curso já foram apresentadas, que inclusive já encaminharam os respectivos programas e que, por isso, já constam do projeto de criação do curso. **Para mim, ficou a incumbência de lecionar a disciplina de Metodologia.**
6. Desse modo, considerando a manifesta participação ativa de todos envolvidos com a criação do curso de especialização lato sensu em Direito Público e Privado, bem como o disposto no art. 20 da Res. CONPEP 38-2022, venho pelo presente solicitar **a autorização da Reitoria para que eu possa participar do curso, na qualidade de docente, tendo como carga horária semanal dedicada ao curso o total de 3 horas aos sábados.**
7. Uma vez aprovada minha participação, solicito seja expedida a respectiva Portaria Reitoria com ato de autorização de participação, para fins de ulterior envio à instância competente para a aprovação do curso, como um dos anexos do projeto.

Antecipando agradecimentos,
Cordialmente,



Documento assinado eletronicamente por **Debora Walter dos Reis, ASSESSOR(A) DA REITORIA**, em 19/05/2022, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0328522** e o código CRC **80DC1358**.

Referência: Processo nº 23109.006302/2022-01

SEI nº 0328522



PORTARIA REITORIA Nº 294, DE 19 DE MAIO DE 2022

A **Reitora da Universidade Federal de Ouro Preto**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto de 18 de fevereiro de 2021, publicado no Diário Oficial da União nº 32A, de 18 de fevereiro de 2021,

RESOLVE:

Autorizar a servidora **DEBORA WALTER DOS REIS**, matrícula SIAPE nº 1.667.377, a participar do curso de especialização lato sensu em Direito Público e Privado, na qualidade de docente, tendo como carga horária semanal dedicada ao curso o total de 3 horas aos sábados.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Aparecida Marliere de Lima, REITOR(A)**, em 20/05/2022, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0328686** e o código CRC **025ADF29**.

Referência: Processo nº 23109.006302/2022-01

SEI nº 0328686

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar - Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: 3135591189 - www.ufop.br

Data de Envio:

20/05/2022 12:11:04

De:

UFOP/Email REITORIA <secretaria.reitoria@ufop.edu.br>

Para:

boletim.proad@ufop.edu.br

Assunto:

Portaria 294

Mensagem:

Para publicação.

Anexos:

Portaria_REITORIA_0328686.html

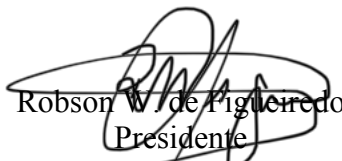
Ofício 062/2022

Ouro Preto, 02 de maio de 2022.

Prezado Senhor,

Vimos, por meio deste, demonstrar interesse na elaboração de um projeto de curso de especialização nas áreas do direito oferecidos pela Universidade Federal de Ouro Preto, visando a atualização dos profissionais de direito, regularmente inscritos na Subseção da OAB.

Atenciosamente,



Robson W. de Figueiredo
Presidente
49ª Subseção da OAB/MG
Ouro Preto

Ilmº. Sr.
Prof. Dr. Felipe Comarela Milanez
Departamento de Direito
Universidade Federal de Ouro Preto